

Governo guarda festa para o dia da vitória

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Seguro morreu de velho, mas o clima que se respira no Palácio do Planalto está, desde ontem, originado por uma quase certeza: o mandato do presidente José Sarney será mesmo de cinco anos. O assessor especial, Thales Ramalho, informou o presidente que os cálculos mais pessimistas dão 315 votos para a confirmação, para ele, do mesmo período de governo estabelecido para os seus sucessores. Mesmo em forças desvinculadas do Centro, e até nas esquerdas, se criou a consciência de que será melhor para o País evitar eleições presidenciais este ano. Só por um inusitado a tendência mudará, na Assembleia Nacional Constituinte.

No caso, o inusitado tem nome — deve ter sido mencionado na demorada conversa entre Sarney e Thales. Chama-se Ulysses Guimarães. Só o presidente da Assembleia Nacional Constituinte teria condições de tentar virar o jogo, mesmo assim sem a certeza de consegui-lo. E Ulysses, conforme o assessor especial, não moveu um dedo sequer, até agora, no sentido de recomendar os quatro anos aos seus liderados.

Por isso, e ainda que pareça preferível esperar o dia da votação das disposições transitórias da nova Constituição, lá para o fim do mês, assiste-se ao governo recomençar a mover determinados mecanismos políticos e administrativos. As medidas de reajustamento econômico vão continuar, pois independem dos cinco anos, numa seqüência que o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, rotula de natural e normal. Ficou demonstrado não haver projetos de impacto, nem planos mirabolantes, mas, conforme estratégia definida pelo próprio presidente José Sarney, esforços permanentes e inflexíveis. Parece pouco provável que venha a ser revista ou revogada a Resolução 1.469, do Banco Central, que proibiu novos empréstimos a Estados e municípios. Costa Couto repete sempre o mote uma vez preparado pelo presidente Tancredo Neves, que terminou lido por Sarney: "É proibido gastar". E acrescenta: "Mas proibido mesmo".

No plano político, a expectativa é de que o presidente da República comece a atuar. Seria a contrapartida das realizações previstas para o biênio 88/89, no plano econômico. Fala-se de um projeto intitulado Consolidação da Transição Democrática, sendo mais viável que ele não exista no papel. Está nas intenções do presidente e de seus principais auxiliares. Esse projeto envolveria, após a confirmação dos cinco anos, determinadas etapas distintas. Começaria pela reforma do Ministério, dessa vez mais profunda que das duas anteriores. Com ela, Sarney reforçaria as bases de sustentação parlamentar do governo, acima e além dos partidos. Não significaria estar rompendo com as legendas for-

mais, mas, ao menos, atuaria paralelamente a elas. Até porque, em termos de unidade, nem PMDB nem PFL nem sequer o PDS vão bem. Pelo contrário, vêm sofrendo fortes impactos desagregadores. Se o reforçamento desse novo bloco gerar, mais tarde, o embrião de um novo partido, trata-se de assunto que nem é discutido no Palácio do Planalto. O objetivo visado não é esse, mas apenas a criação de estruturas parlamentares sólidas, em condições de levar a transição democrática a bom termo.

Qual seria o defeito? Elementar. Também forma um capítulo do plano idealizado nos altos escadões do governo. Sarney pretende influir na própria sucessão. Não propriamente tirando do bolso do colete ou indicando um candidato. Mas atuando e coordenando para que o cidadão a quem transferir a faixa presidencial se enquadre nos mesmos objetivos e metas da primeira administração da Nova República. Cada um terá suas nuances e peculiaridades, suas preocupações e prioridades, mas todos — pelo menos é esse o seu desejo — precisarão estar voltados para os rumos maiores do atual regime.

Não dá para falar em nomes, muito menos em composições. O caminho, nesse particular, far-se-á ao caminhar. E claro que, por conta desse raciocínio, estão excluídas candidaturas de oposição à Nova República, do tipo de Leonel Brizola, Luiz Inácio da Silva, Fernando Collor de Mello e até João Baptista Figueiredo, para não falar em Mário Covas, Franco Montoro ou outro dissidente do PMDB em via de ingressar em legenda a ser criada. Restringe-se o leque, ao sabor das circunstâncias futuras.

Parece difícil que a um governo hoje desgastado, impopular e cheio de contradições, seja dado controlar a própria sucessão, mas a articulação que agora se vê de novo em movimento é cautelosa. A participação sucessória constitui a última etapa, a depender do sucesso das anteriores. Uma reforma do Ministério capaz de dar mais agilidade à administração pública, contemplando ao mesmo tempo forças fiéis, não objetiva metas etéreas ou estratosféricas. Visaria a melhorar as condições de vida da população, realizar obras possíveis, reduzir a inflação e até a carga fiscal, dentro de algum tempo. Tentaria a modernização do País e o seu ajustamento aos tempos atuais. Conquistada essa nova realidade, ou ao menos esboçada, é que a força política do governo poderia fazer valer-se no Congresso, através da votação de leis necessárias à concretização dos novos rumos. No final de tudo ficariam a sucessão e o ânimo de conduzi-la. Um degrau atrás do outro, realisticamente.

Diante de tão bons presságios e intenções, porém, é bom não esquecer o alerta inicial. Seguro morreu de velho, os cinco anos provavelmente serão aprovados, mas um inusitado pode mudar tudo. Um inusitado com nome próprio. C.C.